

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

QUESTÕES PRÁTICAS INICIAIS SOBRE EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	19
1.1 Normas Aplicáveis na Execução Trabalhista	19
1.2 Princípios Aplicáveis à Execução Trabalhista.....	22
1.2.1 Princípio da Primazia do Credor Trabalhista.....	22
1.2.2 Princípio da Menor Onerosidade para o Devedor e Princí- pio da Patrimonialidade	23
1.2.3 Princípio do Título e da Adstrição da Execução ao Título....	25
1.2.4 Efetividade e Direito Fundamental à Tutela Executiva.....	27
1.2.5 O Princípio da Boa-Fé e seus Desdobramentos.....	30
1.2.5.1 É Possível a Condenação Solidária do Advogado por Litigância de Má-Fé?	32
1.2.5.2 Fraude à Execução	34
A) Bens Sujeitos a Registro.....	35
B) Bens não Sujeitos a Registro.....	41
C) Fraude à Execução por parte do Sócio.....	42
D) Negativa Fraudulenta de Débito.....	44
1.2.5.3 Fraude contra Credores.....	44

CAPÍTULO 2

A FASE DE LIQUIDAÇÃO	49
2.1 Espécies de Liquidação e Princípio da Fidelidade ao Título	51
2.2 Prescrição Intercorrente e Fase de Liquidação.....	53
2.3 Impugnação aos Cálculos de Liquidação	55
2.4 Decisões Líquidas x Impugnação aos Cálculos de Liquidação e Erro Material.....	57
2.5 Juros de Mora e Correção: a Polêmica Decisão do STF.....	59

CAPÍTULO 3

O INÍCIO DA FASE DE EXECUÇÃO	67
3.1 Citação ou Mera Intimação do Executado?	67

CAPÍTULO 4

ESTUDO DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS PARA TORNAR A EXECUÇÃO EFETIVA	73
4.1 Ferramentas para Concretização da Penhora.....	77
4.2 As Ferramentas Básicas	78
A) BACENJUD e migração para o SISBAJUD.....	78
A.1) Pontuando Alguns Retrocessos do SISBAJUD	82
B) RENAJUD	83
C) Protesto Extrajudicial e Serasajud	84

4.3 As Ferramentas Avançadas.....	87
A) FENSEG	88
B) INFOJUD e DOI.....	88
C) BACEN CCS	91
D) SIMBA – Sistema de Movimentação Bancária	95
E) SIASG	98
F) COAF.....	99
G) CENSEC.....	102
H) SACI.....	104
I) DITR e SNCR.....	106
J) Ofício à Marinha.....	109
K) Ofício para pesquisa de crédito tributário perante a Receita Federal	110
L) CRCJUD.....	111
M) Penhora de Criptomoedas.....	116
N) Penhora no Rosto dos Autos.....	118
N.1) Polêmica Prática sobre Penhora no Rosto dos Autos.....	120
O) Incidente de Desconsideração da PJ e Polêmicas Aplicáveis	121
P) Teoria Inversa da Desconsideração da PJ e Penhora de Quotas	129
Q) Pesquisa por Sócio Retirante	132
R) Suspensão da CNH, Apreensão do Passaporte e Suspensão dos Cartões de Crédito	134
R.1) Detalhes Práticos para o Requerimento das Medidas Atípicas	144
4.4 Sugestão sobre a ordem de Utilização das Ferramentas.....	146
A) Primeira Fase de Pesquisa Patrimonial.....	146
B) Segunda Fase de Pesquisa Patrimonial	148
C) Terceira Fase de Pesquisa Patrimonial.....	149
4.5 Pesquisa Patrimonial e LGPD	150

CAPÍTULO 5

RECURSOS CABÍVEIS	153
5.1 O Agravo de Petição: Aplicação Prática.....	155
5.1.1 IRDR sobre Agravo de Petição: Análise de Caso	166
5.2 O Agravo de Instrumento: Aplicação Prática	170
5.3 O Recurso de Revista.....	173
5.3.1 Hipóteses de Cabimento.....	176
5.3.2 Recurso de Revista na Fase de Execução.....	178

CAPÍTULO 6

MANDADO DE SEGURANÇA	183
6.1 Noções Gerais sobre o Mandado de Segurança	184
6.2 Competência.....	185
6.3 Requisitos Específicos para Aplicabilidade na Execução.....	186
6.3.1 Direito Líquido e Certo na Fase de Execução: Análise de Casos	187
6.3.2 Ato de Autoridade Pública ou Equiparada	190
6.3.3 Prazo Decadencial	191
6.3.4 Decisão Irrecorrível	191

CAPÍTULO 7

QUESTÕES PRÁTICAS RELEVANTES SOBRE A PENHORA	193
7.1 Efeitos Materiais da Penhora.....	194
7.2 Efeitos Processuais da Penhora	196

7.3	Ordem Preferencial de Penhora.....	198
7.4	Análise Prática das Impenhorabilidades e suas Exceções.....	200
7.4.1	Artigo 833, inciso I: Bens Impenhoráveis e Inalienáveis.....	201
7.4.2	Artigo 833, inciso II: Móveis, Pertences e Utilidades Domésticas	202
7.4.3	Artigo 833, inciso III: Vestuário e Pertences de Uso Pessoal	204
7.4.4	Artigo 833, inciso IV: Vencimentos, Subsídios, Soldos, Salários etc.	204
7.4.5	Artigo 833, inciso V: Instrumentos de Trabalho	207
7.4.6	Artigo 833, inciso VI: Seguro de Vida.....	209
7.4.6.1	Compensação do Seguro de Vida com os Danos Materiais.....	212
7.4.6.2	Compensação do Seguro DPVAT com os Danos Materiais.....	214
7.4.7	Artigo 833, inciso VII: Materiais para Obra em Andamento....	214
7.4.8	Artigo 833, inciso VIII: Pequena Propriedade Rural.....	215
7.4.9	Artigo 833, inciso IX: Recursos Públicos.	219
7.4.10	Artigo 833, inciso X: Poupança	219
7.4.11	Artigo 833, inciso XI: Recursos do Fundo Partidário.....	220
7.4.11.1	Responsabilidade do Candidato e do Partido Político: “Cabo Eleitoral”	222
7.4.12	Artigo 833, inciso XII: Incorporação Imobiliária	225

CAPÍTULO 8

TEMAS PRÁTICOS PARA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO.....

8.1	É Possível a Penhora de Veículo do qual o Executado Possui Apenas a Posse?	227
8.2	É Possível a Penhora dos Valores Depositados em Conta Conjunta mesmo que Apenas um dos Titulares seja o Devedor?	229

8.3	É Possível a Penhora Judicial de Bem Financiado?	231
8.4	É Possível a Penhora de Planos de Previdência Privada?	234
8.5	Como se Faz a Penhora de Bem Indivisível?.....	237
8.6	É Possível a Penhora de Faturamento da Empresa?	238
8.7	Empresa de Grupo Econômico, que não participou da fase de conhecimento, pode ingressar na fase de execução?.....	240
8.8	Empresa com Responsabilidade Subsidiária, que não participou da fase de conhecimento, pode ingressar na fase de execução?...	246
8.9	Polêmicas Práticas Relativas ao Bem de Família e sua Penhora....	248
8.9.1	Existe Bem de Família para Solteiros?.....	250
8.9.2	Existe Proteção para o Bem de Família Locado?.....	250
8.9.3	A(s) Vaga(s) de Garagem do Apartamento Integram o Conceito de Bem de Família?.....	251
8.9.4	Penhora de Bem de Família de Elevado Valor: (Im)possibilidade?.....	252
8.9.5	Imóvel com Destinação Mista pode ser Considerado Bem de Família?.....	257
8.9.6	Imóvel onde o Executado não Reside pode ser Considerado Bem de Família?.....	261
8.10	Responsabilidade do Espólio, Herdeiro e Sucessores.....	262
8.11	Reforma da Lei Falimentar e seus Reflexos na Execução Trabalhista	264

ANEXO

PETIÇÕES PARA PRÁTICA PROCESSUAL.....	267
Petição 1 – Requerendo o início da fase de execução com base no CPC.....	269
Petição 2 – Requerendo utilização do SISBAJUD e Protesto.....	271
Petição 3 – Requerendo extratos bancários via SISBAJUD.....	273
Petição 4 – Requerendo utilização do RENAJUD.....	275

Petição 5 – Requerendo expedição de ofício à FENSEG.....	277
Petição 6 – Requerendo utilização do DOI.....	279
Petição 7 – Requerendo utilização de BACEN CCS.....	281
Petição 8 – Requerendo utilização do SIMBA.....	283
Petição 9 – Requerendo utilização do SIASG.....	285
Petição 10 – Requerendo utilização do COAF.....	287
Petição 11 – Requerendo utilização do CENSEC.....	289
Petição 12 – Requerendo utilização do SACI.....	291
Petição 13 – Requerendo utilização da DITR.....	295
Petição 14 – Requerendo expedição de ofício à Marinha do Brasil.....	297
Petição 15 – Requerendo expedição de ofício à Receita Federal do Brasil.....	299
Petição 16 – Requerendo consulta ao CRCJUD.....	301
Petição 17 – Requerendo penhora de criptomoedas em dispositivo físico.....	303
Petição 18 – Requerendo penhora de criptomoedas em dispositivo virtual.....	305
Petição 19 – Incidente de Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	307
Petição 20 – Agravo de Petição contra Decisão que Indefere Pesquisa Patrimonial.....	311
Petição 21 – Petição que suscita IRDR.....	319
Petição 22 – AI Interposto contra Despacho que denega seguimento ao AP.....	325
Petição 23 – RR contra Acórdão, em julgamento de AP, que Indefere Pesquisa Patrimonial.....	331
Petição 24 – Petição Inicial de Mandado de Segurança.....	339